

6.1 PEDIDO DE ISENÇÃO DE LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM NOME DE CAETANO AUTO, S.A:

Submete-se à consideração do Executivo o pedido de isenção acima referido, apresentado por **CAETANO AUTO, S.A.**, no valor de **280,21 €**.

A **Divisão Financeira** informa que o pedido de isenção não se enquadra nas alíneas a) a g) do nº. 1 do artigo H-1/16º do CRMB.

Tem informação do DMGAP.

| Despacho | Despacho |
|--|---|
| <p><i>lendo.</i></p> <p>O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva Miguel Antunes Guimarães</p> <p>19/11/2018</p> | <p><i>À ... do Excmo, com relatório de ... 18/11-19</i></p> |
| Despacho | |
| <p><i>Assunto. A unidade do h. DMGAP. Deve ser submetida à reunião do Excmo Municipal. Como visto referido no presente informe, a unidade do h. Vende-se a unidade de ... 2018/11/19</i></p> | |

Nº Informação:

Data:

Assunto: Informação referente ao E/58074/2018 – Pedido de isenção de Licença de Ocupação do Espaço Público em nome de Caetano Auto, S.A., no valor 280,21 euros.

Tratando-se de Entidade Privada com fins lucrativos, deve o requerente pagar as taxas devidas, a fim de realizar o evento com as licenças necessárias, caso superiormente se entenda ser de isentar deve ser remetido ao Órgão Competente para aprovar a proposta de isenção e, caso aprove, posteriormente proceder-se ao reembolso.

As isenções de taxas estão previstas nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º. Neste último elencam-se entidades que podem beneficiar de isenção ou redução do pagamento de taxas e outras Receitas Municipais. No seu nº 4, refere-se "que podem ainda ser concedidas isenção ou redução a quaisquer outras entidades, com fundamento no manifesto e relevante interesse público municipal do respetivo objeto".

No caso em apreço, verifica-se que o requerente não se enquadra em nenhuma das entidades referidas nas alíneas a) a g) do nº 1 do artigo H-1/16º do CRMB.

Considerando o timing em questão sugere-se que o requerente efetue o pagamento e caso assim seja decidido, ser-lhe-á o mesmo reembolsado.

Tem informação do Gabinete do Sr. Vereador Dr. João Rodrigues no sentido de deferir a pretensão da licença de OEP, na perspetiva de se cobrarem as taxas devidas.

À consideração superior.

Deputado.